

2 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

Os Programas e Projetos desenvolvidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2003, orientaram-se pelos seguintes grandes grupos de ações: políticas públicas para expansão da produção agropecuária, geração de empregos, expansão da renda, melhoria da qualidade dos alimentos e dos produtos setoriais, desenvolvimento de tecnologia para o agronegócio, organização do setor produtivo por meio do associativismo e o cooperativismo, negociações internacionais para o aumento das exportações e a defesa dos interesses nacionais.

O Brasil é hoje o quarto maior produtor agrícola do mundo. Os resultados obtidos em 2003 foram importantes para o abastecimento interno, a geração de excedentes para exportação e para o atendimento de demandas adicionais geradas pelos programas sociais. O crescimento do setor agropecuário deu-se pelo aumento da produção, demonstrado por 122,4 milhões de toneladas de grãos colhidas na safra 2002/03, que superou em 26,5% a safra anterior. As exportações do agronegócio atingiram US\$ 30,6 bilhões, alcançando 42% do total das exportações, o que levou o país a ocupar o posto de maior exportador do complexo de soja; foram 37 milhões de toneladas brasileiras exportadas contra 34 milhões dos Estados Unidos e 32 milhões da Argentina.

A produção de trigo alcançou 5 milhões de toneladas, com aumento de 90,5% sobre a colheita anterior. A produção de carne bovina foi de 7,6 milhões de toneladas; a produção de carne de frango alcançou 7,8 milhões de toneladas e a de carne suína chegou a 2,8 milhões de toneladas. O saldo da balança comercial de carnes totalizou US\$ 3,6 bilhões. Cerca de 2 milhões de produtores rurais se beneficiaram com a aplicação de R\$ 30,4 bilhões para o crédito rural distribuídos entre custeio, investimento e comercialização, o que correspondeu a um aumento de 35,7% em relação ao montante aplicado no ano anterior.

Nos últimos 12 meses o agronegócio no Brasil foi o responsável por 33,8% do Produto Interno Bruto - PIB, 42% das exportações e 37% dos empregos. São 17,7 milhões de brasileiros trabalhando no campo. Esses números refletem a importância do setor para o progresso do País, e posicionam a agricultura brasileira como uma das mais eficientes e competitivas do mundo pela sua elevada capacidade de gerar empregos, criar saldos positivos na balança comercial e produzir renda e riqueza. Com a aprovação da Lei n.º 10.823, de 19/12/2003, que dispõe sobre a subvenção econômica do prêmio do Seguro Rural, os produtores rurais brasileiros terão um seguro da produção, e não apenas do crédito, que garantirá a diferença entre a receita esperada pelo produtor e a colheita efetiva em casos de quebras por problemas climáticos, para reduzir os riscos da produção. Além disso, foram publicados novos zoneamentos: milho para a segunda safra; milho, sorgo e caju para o Nordeste; e trigo para o Mato Grosso.

Dentre as ações desenvolvidas na área de defesa agropecuária relacionadas à sanidade, qualidade e segurança alimentar dos produtos agropecuários, vale destacar: aprimoramento e consolidação do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina - SISBOV, que ultrapassou 10 milhões de animais registrados; febre aftosa: além dos serviços de manutenção em 15 estados, Rondônia foi declarada como área livre de febre aftosa com vacinação; Vaca Louca: rastreamento dos animais importados dos EUA e Canadá, assegurando ao país a condição de região de menor risco nessa doença, garantindo vantagens na exportação; doença de *New Castle*: os estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal foram declarados áreas-livres da doença; morte súbita dos citros: realizou-se uma parceria público-privada para a implementação de Programa de combate ao mal na região Centro-Sul, onde se localiza o maior parque produtor de citros do mundo; áreas livres de pragas e doenças: implementação de sistemas de mitigação de risco viabilizando a exportação de frutas para vários países; análise de risco de pragas: aprimoramento do sistema de análise de risco de pragas, conferindo maior segurança fitossanitária às importações brasileiras; controle de resíduos e contaminantes: implementação do Programa de Monitoramento e Controle de Resíduos e Contaminantes em produtos vegetais; agricultura orgânica: desenvolvimento das bases jurídicas (negociações no Congresso que resultaram na aprovação da Lei de Agricultura Orgânica, n.º 10.831, de 23/12/2003) e da infra-estrutura organizacional para o fomento da agricultura orgânica; boas práticas na produção de insumos: foram publicadas as normas para a produção de ração e suplemento animal e de produtos veterinários.

Os recursos do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária – PRODECOOP foram ampliados em 80% com relação ao ano anterior, chegando a R\$ 450 milhões e mantendo a taxa de juros fixa de 10,75% ao ano, com prazo de pagamento de até 12 anos. Para organizar o setor produtivo, foram implementadas ações nas áreas de associativismo e cooperativismo, contribuindo com o Programa Fome Zero por meio de doações das cooperativas que chegaram a 4,5 mil toneladas de alimentos.

Por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB o Ministério desenvolveu várias ações em apoio ao Programa Fome Zero, tais como aquisição de produtos alimentícios e distribuição de cestas básicas para atendimento a famílias remanescentes de quilombos e acampadas, comunidades indígenas e atingidas por barragens, todas em situação de insegurança alimentar. Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, coordenado pela Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB, até novembro foram adquiridos de agricultores familiares por meio de compra direta 5,9 mil toneladas de alimentos destinados ao Programa Fome Zero.

Para apoiar a formulação da política agrícola foram instaladas 13 câmaras setoriais no âmbito do Conselho do Agronegócio – CONSAGRO: açúcar e álcool; carne bovina; ciências agrárias; culturas de inverno; equideocultura; flores e plantas ornamentais; fruticultura; fumo; hortaliças; leite e derivados; milho, sorgo, aves e suínos; negociações agrícolas internacionais; viticultura, vinhos e derivados. O Ministério coordenou a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Norte em parceria com os governos estaduais da região e as Pastas do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário.

No campo das negociações internacionais o Ministério alcançou significativos resultados: participou de reuniões promovidas pela Organização Mundial do Comércio – OMC no Japão, Egito e Canadá, e da Conferência Ministerial realizada em Cancun, contribuindo com outros ministérios e o setor privado na elaboração de documentos para subsidiar a posição do Brasil nessas negociações; desempenhou papel preponderante na abertura dos contenciosos da OMC contra a política do açúcar da União Européia, e do algodão dos EUA; no âmbito do Acordo de Livre Comércio para as Américas – ALCA, em conjunto com o Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais, preparou a lista de pedidos de melhoria da oferta dos demais países e a oferta revisada do Brasil para produtos do agronegócio, além de apresentar propostas para viabilizar as negociações em temas como os subsídios à exportação e as medidas de apoio interno; relativamente à articulação do Mercosul com a União Européia, preparou a oferta melhorada do setor agrícola e o pedido de melhoria da oferta da União Européia; tomou iniciativas para a consolidação do Conselho Agropecuário do Sul – CAS, celebrando, juntamente com os ministérios da agricultura dos países do Mercosul, Bolívia e Chile, convênio constitutivo desse fórum de articulação e análise das políticas agropecuárias, comerciais, sanitárias e fitossanitárias dos países envolvidos.

Sob a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA promoveu a geração e difusão de tecnologias para o desenvolvimento do agronegócio, com ênfase na redução dos desequilíbrios sociais. Programas de pesquisa específicos conseguiram organizar tecnologias e sistemas de produção para aumentar a eficiência da agricultura familiar e incorporar pequenos produtores no agronegócio, garantindo melhoria na sua renda e bem-estar. Em 2003, destaca-se ainda o lançamento e recomendação de 37 novas cultivares para plantio, a obtenção do segundo clone bovino (bezerra Lenda), o avanço das pesquisas em biotecnologia, incluindo pesquisas com organismos geneticamente modificados, os avanços de pesquisas em rede nos temas de biossegurança de OGM, de dinâmica de carbono e gases de efeito estufa, de recursos genéticos, de sanidade vegetal, de agricultura de precisão, de agricultura orgânica, de zoneamento de riscos climáticos e de genomas.

O Ministério, por meio da EMBRAPA, desenvolveu programas de pesquisa na Região Nordeste, tendo como pontos de destaque o mapeamento e a mobilização dos pesquisadores envolvidos em pesquisas de interesse da agricultura familiar e do desenvolvimento territorial, a participação na formulação da política de assistência técnica e extensão rural pública, a realização de pesquisa participativa e implantação de projeto-piloto em desenvolvimento territorial.

Na área de cooperação internacional, a EMBRAPA mantém 275 acordos de cooperação técnica com 56 países e 155 instituições de pesquisa internacionais, envolvendo principalmente a pesquisa em parceria. Para ajudar neste esforço, a empresa instalou nos Estados Unidos e na França, com apoio do Banco Mundial, laboratórios para o desenvolvimento de pesquisa em tecnologia de ponta. Esses laboratórios contam com as bases físicas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, em Washington, e da Agrópolis, na Universidade de Montpellier, na França, permitindo o acesso dos pesquisadores à mais alta tecnologia em áreas como recursos naturais, biotecnologia, informática e agricultura de precisão.

Desenvolvimento da Economia Cafeeira

Este Programa destina-se a beneficiar produtores rurais, trabalhadores rurais, cooperativas, torrefadores e exportadores, os quais contribuem, historicamente, para que o Brasil seja o maior produtor e o maior exportador mundial de café. O café está presente em 14 estados da Federação, sendo cultivado em mais de 2,7 milhões de hectares, em 1.850 municípios, mais de 300 mil propriedades rurais, e emprega direta e indiretamente 8,4 milhões de trabalhadores.

A safra colhida em 2003 alcançou 28,5 milhões de sacas, das quais 25,5 milhões de sacas foram exportadas, gerando uma receita cambial de US\$ 1,5 bilhão. A Opção de Venda, por meio do Orçamento Oficial de Crédito - OOC, com potencial de aquisição de 900 mil de sacas de café, contribuiu para o reordenamento da oferta e alavancagem dos preços. Apesar da Ação governamental, devido a uma conjuntura externa adversa, os preços do café pagos aos produtores continuaram muito baixos, comprometendo a atividade. Para 2004, em função da menor disponibilidade de café em nível mundial a expectativa é de que este quadro seja alterado. No âmbito da pesquisa destaca-se a realização de 227 projetos de pesquisa, em 12 núcleos de conhecimento, por intermédio do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.

Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura: esta Ação compreende a guarda e conservação de 5.122.124 de sacas de café dos estoques oficiais (posição em 31.12.2003), remanescentes do extinto Instituto Brasileiro do Café - IBC, que estão depositadas em 27 armazéns nos estados, sendo 18 no Paraná, 6 em Minas Gerais, 2 em São Paulo e 1 no Espírito Santo. Compreende ainda a manutenção e conservação destas unidades armazenadoras que pertencem ao patrimônio da União. Se for considerado o preço médio da saca de café em R\$ 152,85, conforme dados do Leilão Oficial de dezembro de 2003, esta Ação representa a conservação de um patrimônio do FUNCAFÉ de aproximadamente R\$ 800 milhões de reais. À medida que são promovidos leilões destes estoques, os recursos são aplicados no custeio, colheita e comercialização da safra, o que beneficia a cafeicultura nacional como um todo. Foram desenvolvidas 227 tecnologias em comparação às 368 previstas, o que corresponde a um percentual de realização de 61,7%. Dos R\$ 8 milhões programados foram realizados R\$ 3.851.555.

Conservação dos Estoques Reguladores de Café: com os recursos disponibilizados cumpriu-se a contento a conservação e guarda dos estoques governamentais de café. Contudo, limitações orçamentárias prejudicaram a execução de consertos e reparos nas unidades armazenadoras, além da aquisição de novas embalagens, reensaques e reemblocamento de pelo menos um milhão de sacas de café. Foi realizada integralmente a meta física prevista de conservação de 5,5 milhões de sacas de café. Dos R\$ 8 milhões previstos foram realizados R\$ 7.522.780.

Produção e Abastecimento Alimentar

O Programa contribui para o aumento da produção, a melhoria do abastecimento de alimentos e a redução das oscilações de preços recebidos pelos produtores rurais, propiciando a concessão de crédito, a aquisição de produtos agrícolas e a disponibilização de estruturas armazenadoras. Em consequência, gera aumento de produção, aumento das exportações, superávit na balança do agronegócio, garantia de renda aos produtores rurais e regularidade no abastecimento de produtos agrícolas à população.

Na última década o Governo Federal modificou a sua política de formação de estoques públicos no que concerne às aquisições dos excedentes agrícolas, criando novos instrumentos, como o Programa de Escoamento da Produção - PEP e o Contrato de Opção, que garantem renda ao produtor rural e reduzem a formação de grandes estoques em poder do Governo. Em decorrência dos preços de mercado dos principais produtos agrícolas amparados pela Política de Garantia de Preço Mínimo - PGPM terem permanecido em 2003 em patamares superiores aos preços mínimos, não houve a necessidade da intervenção do Governo Federal, não tendo sido realizadas aquisições diretas (AGF).

A aquisição e operacionalização da comercialização de produtos básicos, que apresenta um baixo índice de realização, encontra-se em fase de reestruturação operacional para revitalização a partir de 2004, estando inserida no Plano Plurianual - PPA 2004-2007. No que se refere à administração da rede armazenadora destaca-se a reabertura de mais 34 unidades da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB para atendimento ao Programa Fome Zero, ficando a rede estratégica de armazéns composta por 82 unidades.

Formação de Estoques Públicos: tem por finalidade executar a política governamental de intervenção no mercado para garantir o preço e a renda ao produtor, formar e manter estoques de produtos básicos e regular o abastecimento interno ofertando os estoques na entressafra para atenuar as oscilações de preços. Tradicionalmente, o principal instrumento de sua materialização é denominado de Aquisições do Governo Federal - AGF que vem sendo substituído ou complementado gradualmente por instrumentos menos onerosos e menos intervencionistas, porém eficazes, como Contratos de Opções de Venda e Prêmio para Escoamento de Produto - PEP. O volume de aquisições nesse exercício foi de 4.601.000 t de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, tendo sido adquiridas em 2003, 1.494.182 t, o que corresponde a 32,48%. As aquisições ocorridas decorreram dos Contratos de Opção lançados no período de março a agosto, envolvendo a seguinte distribuição: milho 1.386.369 t,

sorgo 47.439 t e café 60.374 t, que contribuíram para a recomposição dos estoques públicos e garantia de renda ao produtor. Nenhuma Aquisição do Governo Federal - AGF direta foi efetuada em 2003, uma vez que os preços de mercado dos principais produtos agrícolas se mantiveram em patamares superiores aos preços mínimos. Comparativamente ao ano de 2002, que envolveu a compra de 195.957 toneladas de produtos, sendo que as aquisições em 2003 cresceram 763%. O Programa Venda em Balcão, que faz parte da Política de Abastecimento e está inserido no contexto da Ação Formação de Estoques, atendeu 4.460 clientes (suinocultores, avicultores, granjeiros, moinhos coloniais, etc.) com a venda de 31.243 toneladas, sendo 26.432 t de milho e 4.812 t de arroz em casca. Este Programa, aliado ao PEP possuem características de redução das desigualdades, pois utiliza a política de subvenção para abastecer o mercado de determinadas regiões que apresentam escassez ou falta de produtos. Os resultados obtidos são positivos uma vez que a garantia de renda aos produtores foi alcançada e também a recomposição parcial dos estoques públicos definida no Plano Agrícola e Pecuário 2003-2004, destacando que o instrumento de Contrato de Opção proporciona a igualdade de participação a todas as regiões. Dos R\$ 1.526.289.037 foram realizados R\$ 680.933.800.

Programa de Desenvolvimento da Fruticultura – PROFRUTA

O Programa visa beneficiar consumidores, produtores, exportadores, populações dos pólos frutícolas e outros agentes da cadeia produtiva. Tem por finalidade elevar os padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional, mediante a disponibilização de material genético superior, treinamento intensivo de técnicos nos pólos de produção, implantação do Sistema de Produção Integrada das principais espécies frutícolas. Dentre os resultados obtidos em 2003 destacam-se: criação de linha de crédito específica para fruticultura possibilitando ampliar de 30 para 45 pólos de fruticultura no País; produção de 2,4 milhões de borbulhas; realização de cursos para capacitação de produtores e técnicos; publicação e distribuição de 21 mil exemplares de material técnico. Atualmente, 590 produtores estão envolvidos na produção integrada, com área de 23,7 mil hectares, e uma produção de 614 mil toneladas. A redução do uso de agrotóxicos sob o sistema Produção Integrada de Frutas - PIF apresentou significativos resultados em algumas espécies: 63% na manga, 30% na maçã, 50% no mamão e 52% na uva.

Capacitação de Fruticultores: realizada com base nas demandas identificadas junto aos pólos frutícolas, em áreas temáticas prioritárias para o alcance dos objetivos e metas do Programa, como o sistema PIF, processos de pré e pós-colheita, monitoramento e controle de pragas, etc. Em 2003 foram realizados 23 cursos, com conteúdo temático sobre manejo de culturas, práticas de produção integrada de frutas, produção de mudas e manejo de viveiros. Dos R\$ 400.000 previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA foram realizados R\$ 271.612, o que possibilitou capacitar 912 fruticultores dos 7.500 previstos, o que equivale a um percentual de realização de 12,2%.

Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura: esta Ação tem como objetivo preservar a sanidade da fruticultura nacional, bem como elevar as exportações brasileiras. Somente com a erradicação da mosca da carambola no Amapá foi possível evitar a ocorrência de perdas econômicas e ambientais estimadas em US 30 milhões. Um dos hospedeiros referenciais da praga é a manga, cuja produção em pomares comerciais é de 540 mil toneladas/ano (exportação e consumo interno) e mais de 68 mil hectares plantados, dos quais 57% no Nordeste. Em 2003, somente com as exportações esse agronegócio obteve US 55 milhões. A Ação de prevenção e controle ocorreu em 744.420 hectares de um total previsto de 1,9 milhão de hectares, o que corresponde a 39,2% de realização. De um montante programado de R\$ 1,8 milhão previsto foram realizados R\$ 1.691.265.

Difusão de Tecnologias em Fruticultura: possibilitou a disseminação de informações a fruticultores, técnicos, gerentes, pesquisadores e demais agentes atuantes na cadeia produtiva, por meio de dias de campo, seminários, palestras técnicas e workshops, abrangendo temas sobre manejo e produção de culturas, monitoramento e controle integrado de pragas, manejo de cultura, técnicas de irrigação, técnicas de pré e pós-colheita, armazenagem e beneficiamento de frutas, etc. Essa Ação foi realizada em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e a execução das atividades envolveu unidades integrantes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuário. Em razão da realização de R\$ 2.258.839 dos R\$ 2.260.000,00 programados, atendidos 2.520 fruticultores dos 5.650 previstos, o que representa 44,6% de realização.

Inovação Tecnológica para a Fruticultura Irrigada no Semi-Árido Nordestino: a qualidade das metas executadas permitiu, no que se refere à transferência de tecnologia, a disponibilização a agricultores e investidores de um significativo elenco de informações técnico-científicas, fruto desta Ação, que vão desde o estabelecimento de pomares até o processamento e comercialização das frutas. Destaca-se o desenvolvimento e lançamento de variedades de caju, melão, banana, mamão, acerola e uva. Este avanço tecnológico com o desenvolvimento de importantes variedades de frutas proporcionou a redução das desigualdades sociais nas regiões frutícolas em razão

da expressiva geração de emprego, com inclusão social, incremento de renda e melhoria da qualidade de vida. A liberação inoportuna de recursos financeiros fez com que fossem geradas apenas 6 das 15 tecnologias previstas, o que corresponde a um percentual de realização de 40%. Foram realizados R\$ 2.917.728 dos R\$ 4.945.000 previstos na LOA.

Pesquisa e Desenvolvimento em Fruticultura: a realização da meta física atingiu 88,9% da programação, o que significa a realização de 16 das 18 metas previstas. Deste expressivo resultado numérico pode-se destacar o desenvolvimento e lançamento de importantes cultivares, com destaque para as seguintes: citros, abacaxi, manga, abacate, cupuaçu, pêssego, pêra, ameixa, caqui, morango e kiwi. Foram realizados R\$ 8.090.404 dos R\$ 8.853.300 programados.

Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

São beneficiários do Programa todos os agentes econômicos que atuam nas cadeias agroprodutivas, e especialmente os consumidores diretos nacionais e internacionais. O Programa visa contribuir para a melhoria da qualidade dos alimentos oferecidos à população, mediante prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças; geração e difusão de tecnologias para melhorar a produtividade do agronegócio e a diminuição dos desequilíbrios regionais; expansão da produção agropecuária para abastecimento interno, aumento das exportações, atendimento de novas demandas sociais e abertura de novos mercados consumidores internacionais.

Assegurar a qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é Ação direta de proteção do público consumidor, além de manter a competitividade da agroindústria brasileira, contribuindo para a redução do Custo Brasil. Em 2003 foram assinados dois acordos de cooperação técnica. O primeiro, com a Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango - ABEF e União Brasileira de Avicultura - UBA para melhoria e controle de qualidade do frango além de combater as fraudes de água na carcaça do frango. O segundo, com a Associação Brasileira dos Produtos de Leite, a Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios e a Organização das Cooperativas Brasileiras para combater as fraudes de adição de soro no leite e melhorar sua qualidade. O Programa atende a 92,3% da população bovina e cobre 62% do território nacional. A inspeção animal possibilitou manter os níveis de exportação da carne bovina e do frango, incremento na carne suína, pescados, lácteos e produtos apícolas. Foram retiradas do mercado 3.000 toneladas de leite fraudado.

O melhor reflexo do desempenho do Programa é a manutenção das condições sanitária e industrial nos segmentos produtivos. A maior aceitação dos produtos agrícolas brasileiros mostra os avanços tecnológicos ocorridos nas fases de produção e comercialização. As fortes exigências nos padrões de consumo constituem um contínuo desafio aos agentes econômicos que atuam no agronegócio. A abertura de novos mercados reflete também o reconhecimento do nosso *status* sanitário por autoridades sanitárias internacionais, o que possibilita ampliar as exportações, além de melhorar a qualidade para consumo interno.

Inspeção de Bebidas, Vinagres e Outros Produtos de Origem Vegetal: consiste na inspeção dos estabelecimentos produtores de bebidas, em geral, vinhos e derivados da uva e do vinho. Neste exercício foram instaladas 600 novas indústrias. Foram alcançadas marcas importantes para o Brasil, a exemplo da aprovação do Padrão Mundial de Sucos de Frutas e o reconhecimento da diferenciação no mercado internacional entre a cachaça brasileira e o rum. Foram registrados mais 750 estabelecimentos exportadores de vinho e 950 novos produtos nacionais de vinho e, ainda 4.600 registros de bebidas e fermentados acéticos. No total, foram inspecionados 3.295 dos 6 mil estabelecimentos previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, o que representa 54,9% de realização. Isto se deveu à redução dos recursos previstos de R\$ 2 milhões para R\$ 1.802.834

Inspeção de Produtos de Origem Animal: visa garantir a qualidade e inocuidade na produção de alimentos a partir da inspeção tecnológica e higiênico-sanitária das indústrias que processam produtos de origem animal. O Serviço de Inspeção Federal – SIF, marca brasileira reconhecida pelas autoridades sanitárias internacionais, assegura o atendimento às normas e a aplicação de medidas sanitárias, busca a padronização de métodos de abate de animais e a produção de alimentos isentos de fraudes. Merece destaque em 2003: habilitação de 300 estabelecimentos para o mercado externo (União Européia e Estados Unidos); abertura de novos mercados para exportação (África do Sul, Canadá, China, Coreia do Sul, Bulgária e Rússia); manutenção das exportações de carne bovina e de frango, incremento em carne suína, pescados, lácteos e produtos apícolas; realização de missões ao Canadá, China, Chile, Holanda, México e Venezuela; intensificação das ações de combate às fraudes de água no frango e soro no leite; cancelamento de 10 registros SIF nas regiões Norte e Nordeste; aplicação de R\$ 250 mil em multas; apreensão de 250 toneladas de produtos fraudados; retirada do mercado de 3.000 t de leite fraudado; doação de 8.916 kg de frango ao Programa Fome Zero. Dos 4.170 estabelecimentos previstos na LOA para serem inspecionados em 2003,

efetivamente o foram 3.099, o que representa 76,3% de realização. Foram realizados R\$ 4.027.686 dos R\$ 4.662.985 previstos na LOA.

Fiscalização da Classificação de Produtos Vegetais, seus Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico: tem como finalidade aferir a qualidade dos produtos vegetais submetidos diretamente a alimentação humana, o que coíbe a comercialização de produtos desclassificados - impróprios ao consumo humano e animal - como também suspende a comercialização daqueles que estão com disparidades de qualidade, garantindo ao consumidor um produto de acordo com as normas oficiais. Durante o exercício de 2003 foram alcançadas as seguintes marcas: 4.342 estabelecimentos fiscalizados, contra 5.600 estabelecimentos previstos na LOA, o que equivale a 77,5% de realização; 3.402 amostras coletadas; 259 perícias realizadas; R\$ 1.826.867 de multas aplicadas; R\$ 519.909 de multas arrecadadas; 907 autos de infração lavrados. Dos R\$ 2.626.000 previstos na LOA foram utilizados apenas R\$ 2.000.988 na área técnica.

Classificação de Produtos Vegetais, seus Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico: tem como finalidade aferir a conformidade dos produtos vegetais importados com os padrões estabelecidos pela legislação nacional específica, o que coíbe a importação de produtos fora das especificações, garantindo ao produto importado a mesma qualidade do produto nacional. Outro objetivo dessa é a avaliação, por meio de inspeções "in loco", das estruturas técnicas das entidades que executam a classificação dos produtos vegetais nacionais. Na execução da classificação se faz necessário capacitar técnicos para exercerem a função de classificador de produtos vegetais, os quais são os responsáveis para atestar a qualidade do produto. Durante o exercício de 2003 foram alcançadas as seguintes marcas: 9.844.205 toneladas de produtos classificados, em comparação com os 6 milhões previstos na LOA, o que corresponde a uma realização física de 164,1%; R\$ 6.605.749 de taxas arrecadados pela prestação do serviços; 73.408 certificados emitidos; 137 inspeções realizadas; 34 entidades registradas; 30 registros renovados; 43 postos de serviço autorizados; 162 autorizações renovadas; 3 registros cancelados; 4 registros em análise. Dos R\$ 4.997.000 previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA foram aplicados apenas R\$ 3.913.685 na área técnica.

Controle de Fronteiras para Proteção da Agropecuária

Agricultores e pecuaristas e toda a cadeia do agronegócio, passando pela indústria e pelos segmentos importadores e exportadores, bem como os consumidores dos produtos brasileiros e dos produtos importados oriundos do estrangeiro são os beneficiários do Programa. Isto porque o sucesso do agronegócio brasileiro depende da efetividade do controle de fronteiras. Um rigoroso controle nas fronteiras interestaduais e internacionais é garantia de redução de riscos de ingresso e de disseminação de pragas e doenças na agropecuária nacional. Com suas ações o Programa Controle de Fronteiras contribui para a manutenção das áreas livres de pragas e doenças no Brasil, desempenhando importante elemento de saúde pública.

Vigilância do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos: a meta física inicial foi subestimada, gerando uma realização que alcançou o dobro do previsto. Esta é uma Ação realizada em parceria com os estados da Federação, pois que se faz no trânsito nacional dos produtos da espécie. Com relação à meta física o percentual de realização alcançou 200%, tendo sido inspecionadas 400 mil partidas contra as 200 mil que estavam previstas na LOA. Foram realizados R\$ 6.399.136 dos R\$ 6.633.000 programados.

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos: esta é uma Ação realizada em parceria com os estados da Federação para vigilância zoossanitária e prevenção de doenças exóticas no país. A previsão de meta física lançada na LOA não estava correta, pois em vez de 121.289 partidas inspecionadas, o certo seria 2.450.000. Como foram efetivamente inspecionadas 1.329.197 partidas, o percentual real de realização foi de 54,3%, comparando a estimativa de 2.450.000. Com relação aos recursos financeiros, dos R\$ 22.933.563 previstos na LOA foram realizados R\$ 20.727.549.

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos: o controle do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e subprodutos é realizado em consonância com os normativos da espécie nos portos estruturados, aeroportos internacionais e postos de fronteira definidos pela área técnica. Em 2003 foram inspecionadas 224.185 partidas das 316.700 previstas na LOA, representando 70,8%. Foram realizados R\$ 1.561.231 dos R\$ 1.655.000 dos recursos previstos.

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos: esta Ação é desenvolvida por igual nos portos estruturados, aeroportos internacionais e postos de fronteira, obedecida a legislação vigente quanto a pontos de ingresso no País. A meta física que consta da LOA foi superestimada, em vez de 175.000 partidas a serem inspecionadas, deveriam constar 12.000 partidas. Como foram inspecionadas 15.889 partidas, o percentual de

realização corresponde a 9,1% da meta prevista na LOA e a 132,4% da meta ajustada. Dos R\$ 3.365.000 programados foram realizados R\$ 3.176.163.

Erradicação da Febre Aftosa

Este Programa visa beneficiar todos os setores envolvidos na cadeia da pecuária de corte e leite. A erradicação da febre aftosa, pela sua alta taxa de morbidade, leva a ganhos diretos e indiretos ao produtor brasileiro. A manutenção das restrições ao trânsito e comércio interestadual e de exportação impostas aos produtos de risco para febre aftosa oriundos dos estados que não são livres da febre inibem investimentos no setor pecuário, com reflexos negativos na geração de emprego e renda. Sendo a febre aftosa uma das maiores barreiras sanitárias à exportação de produtos pecuários, a sua erradicação contribui para o aumento das exportações e a obtenção de superávits comerciais.

O Brasil vem cumprindo com as metas estabelecidas: 84% dos bovinos e bubalinos já estão em áreas livres de febre aftosa com vacinação; 50% do território brasileiro ou 4.209.092 de km² já estão livres da febre aftosa, com reconhecimento internacional; 15 estados estão livres de febre aftosa: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rondônia, Rio de Janeiro, Tocantins e o Distrito Federal. Houve melhora no sistema de defesa sanitária animal em alguns estados do Circuito Pecuário Nordeste e Norte. A meta é chegar ao final de 2006 com todo o território brasileiro livre de febre aftosa com vacinação.

Fiscalização Sanitária e Epidemiológica para Erradicação da Febre Aftosa: refere-se a visitas e inspeções realizadas em propriedades rurais com animais susceptíveis à febre aftosa (bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e suínos) incluídas no cadastro dos órgãos estaduais de defesa sanitária animal, dando credibilidade na afirmação enviada anualmente a Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, que não temos atividade do vírus da febre aftosa nas áreas livres desta doença. Desta forma esta Ação e outras no Programa de erradicação da febre aftosa contribuíram para manter e aumentar as exportações e obter os superávits comerciais que o Brasil tanto precisa. Das 31.250 propriedades a serem fiscalizadas em 2003, efetivamente o foram 179.327, representando 573,9% de realização. Com relação à execução financeira, dos R\$ 2.441.600 programados foram realizados R\$ 2.301.774.

Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau

Este Programa visa beneficiar produtores e trabalhadores rurais de comunidades regionais, por meio de ações voltadas para o combate à fome e a miséria, de incentivo ao primeiro emprego e de erradicação do analfabetismo. No âmbito das atividades finalísticas, disponibilizou tecnologias para o agronegócio das regiões produtoras de cacau, ampliando a produção e a competitividade do setor. A formação de recursos humanos especializados para atuar junto as diferentes cadeias produtivas, bem como a capacitação dos trabalhadores rurais para viabilizar o processo de modernização da agropecuária, em especial da cacauicultura, também compuseram o conjunto de ações desenvolvidas.

Em 2003 a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC redirecionou a sua missão tendo como opção estratégica a implementação de ações voltadas para gestão e preservação ambiental, mediante incentivo à agricultura sustentável e preservação dos dois grandes biomas do mundo: Mata Atlântica e Floresta Amazônica. Avançou também na adaptação de tecnologias direcionadas ao aproveitamento de áreas degradadas (antropizadas), com a implantação de sistemas agroflorestais envolvendo arranjos produtivos com cacau, café, palmáceas, fruteiras, flores e essências florestais. Promoveu o lançamento de clones resistentes e de alta produtividade, tendo-se como resultado a elevação da produção nacional de cacau e recuperação dos níveis de produtividade. Estimulou os assalariados rurais a retornarem aos seus postos de trabalho com estímulos para a recuperação da lavoura.

Geração e Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Cacauicultura: possibilitou conhecimento e acesso das comunidades rurais às modernas técnicas de exploração dos fatores de produção, de agregação de valor e de gestão do agronegócio, bem como às tecnologias geradas e adaptadas com base no uso sustentável dos recursos naturais. Isso se deu por meio da capacitação de produtores e trabalhadores rurais, instalação de unidades demonstrativas, realização de dias de campo e outros métodos de difusão. Embasou a instalação de pólos agroindustriais para a produção de energia renovável e beneficiamento da produção agropecuária, bem como contribuiu para a ampliação e diversificação das cadeias produtivas do cacau e de outras explorações, reduzindo custos de produção, gerando empregos, elevando renda, produzindo excedentes exportáveis. Foram atendidos

24.374 produtores dos 32.240 previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, o que corresponde a 75,6%. Foram realizados R\$ 2.473.363 dos R\$ 2.486.620 previstos.

Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa nos Cacaueiros: garante a redução da pressão de inóculo do fungo *Crinipellis Perniciosa* causador da doença e conseqüente diminuição de perdas de produção e da renda familiar. As ações de manejo integrado da vassoura de bruxa e de melhoramento genético dos cacaueiros permitiram recuperar a produção de cacau de 100 para 170 mil toneladas/ano, e alcançar mais de 120 mil hectares clonados com material genético resistente à doença. Deu-se início ao processo de retomada dos postos de trabalho no meio rural, com geração de 25 mil empregos diretos, bem como a reativação socioeconômica do setor. Dos 425.990 hectares previstos para serem controlados em 2003, efetivamente o foram 280.161 hectares, o que representa 65,7% de realização. Foram realizados R\$ 2.189.326 do total de R\$ 2.196.720 programados.

Produção de Biofungicidas: constituiu alternativa para a viabilização da agricultura sustentável, aliada às experiências de produção orgânica certificada em curso na região. Ampliou as possibilidades de inserção da produção regional nos nichos de mercado diferenciados de produtos livres de agrotóxicos. Foram produzidos 10.521 kg de biofungicidas dos 10 mil previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, alcançando 105,2% de realização. Dos R\$ 652.274 previstos foram realizados R\$ 650.554.

Desenvolvimento e Produção de Mudanças e Garfos de Cacaueiros Resistentes a Doenças: com relação à Vassoura-de-bruxa essa Ação garantiu a distribuição de material geneticamente melhorado. A parcela de distribuição feita diretamente pelo órgão destinou-se aos segmentos da agricultura familiar, e ao processo de transferência de tecnologia por meio de jardins clonais, unidades de demonstração e campos de produção. O efeito direto foi o aumento da empregabilidade no campo e a apropriação de novos conhecimentos tecnológicos pelos trabalhadores do campo. Devido à crescente demanda de material botânico melhorado a partir da tecnologia de clonagem foi celebrado convênio com o Instituto Biofábrica para multiplicação e distribuição de materiais genéticos gerados e validados pela CEPLAC. Foram distribuídas 475.237 mudas-garfo das 2 milhões previstas na LOA, o que corresponde a 23,76% de realização, face o redirecionamento dos recursos para a produção de sementes básicas para produzir porta-enxertos, sendo a multiplicação transferida para a biofábrica. Dos R\$ 1.940.000 previstos foram realizados R\$ 1.936.645.

Produtividade da Suinocultura

Este Programa visa beneficiar produtores rurais, empresários ligados à cadeia produtiva da suinocultura. Tem como foco contribuir para a geração de empregos no campo, o aumento da renda familiar e a ampliação do superávit da balança comercial. Em 2003 o Brasil produziu 2,8 milhões de carne suína e exportou 491,4 toneladas, gerando uma receita de US\$ 546,5 milhões, o que representou um aumento cambial de 13,5% em relação ao ano anterior.

Sua estratégia de implementação se baseia na manutenção da Zona Livre de Peste Suína Clássica nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe e Tocantins, com realização de inquérito soro-epidemiológico por meio de testes sorológicos. Os avanços sanitários alcançados na suinocultura nacional possibilitaram o aumento nos índices de produção e a conquista de novos mercados externos.

Controle de Doenças da Suinocultura: foram realizados trabalhos de manutenção da Zona Livre de Peste Suína Clássica com atendimentos a propriedades, realização de exames sorológicos, atendimentos a suspeitas de enfermidades e realização de inquérito soro-epidemiológico em cerca de 29.000 suínos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe e Tocantins. Isso possibilitou a manutenção das exportações de carne suína, contribuindo para o superávit da balança comercial e o aumento da renda do produtor rural. Foram atendidas 25.234 das propriedades rurais num total de 27.400 propriedades previstas na Lei Orçamentária Anual - LOA, representando 92,1% de realização. Foram realizados R\$ 2.080.801 dos R\$ 2.164.800 previstos.

Climatologia, Meteorologia e Hidrologia

Diversos agentes que atuam na área de agricultura, pecuária, recurso hídrico, defesa civil, transporte aéreo e marítimo e na sociedade em geral integram o rol de beneficiários do Programa, o qual contribui indiretamente com dados básicos de meteorologia para minimizar os riscos do agronegócio e o monitoramento da

severidade do meio ambiente, visando ao planejamento de ações integradas do Programa de Combate à Fome, do Desenvolvimento Sustentável, principalmente nas ações ligadas ao desenvolvimento regional, transporte, meio ambiente, recursos hídricos, energia e setor elétrico.

Durante 2003 o Instituto Nacional de Meteorologia - INMET operou as 400 estações convencionais, 66 automáticas e 12 de radiossondagem da sua rede de observação, e divulgou mensagens meteorológicas, previsões de tempo e prognósticos climáticos por meio de 445.780 boletins, 67 alertas, 12 prognósticos climáticos, e recebeu 1.739.727 visitas na página da Internet, com 90.597.554 acessos às informações disponíveis no sítio virtual <http://www.inmet.gov.br>, e implantou 2 estações automáticas conectadas às respectivas redes de transmissão de dados. Com o intuito de capacitar o pessoal, foram realizados treinamentos internacionais sobre interpretação de imagens de radar e treinamento para utilização da ferramenta de visualização de parâmetros e mapas meteorológicos.

Operação dos Serviços Meteorológicos: ocorreu no limite mínimo, pois, apesar da contenção na liberação de recursos no primeiro semestre e a normalização no segundo, foi cumprido o planejamento de visitas técnicas, treinamentos, manutenções programadas e corretivas e coleta de dados meteorológicos. Foram atendidas todas as 400 estações previstas para 2003, com uma realização de 100%. Dos R\$ 17.720.000 previstos foram realizados R\$ 17.665.463.

Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas: o INMET disseminou dentro do País os dados meteorológicos coletados dentro do território nacional e na América do Sul para os órgãos especializados em meteorologia pertencentes ao Ministério da Defesa, na forma de boletins de mensagens, contribuindo para o pleno desempenho dos sistema meteorológico brasileiro. Os Distritos Meteorológicos de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Belém, bem como a da sede do INMET, produziram boletins de previsão de tempo diários e alertas meteorológicos, quando as situações severas se manifestaram. Foram realizadas análises da situação climática por Distrito Meteorológico e avaliações de resultados dos modelos climáticos, possibilitando a elaboração de boletins climáticos mensais. Todos os Boletins de Previsão e de Prognósticos Climáticos foram tornados públicos por meio de página na Internet (<http://www.inmet.gov.br>). Com um percentual de realização de 100%, foram emitidos todos os 445.780 boletins previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA para 2003, tendo sido realizados R\$ 1.553.384 dos R\$ 1.555.000 programados.

Biotecnologia e Recursos Genéticos – Genoma

Produtores rurais, consumidores, exportadores, agentes das cadeias produtivas do agronegócio, bem como a própria comunidade técnico-científica e segmentos da sociedade se beneficiaram com o conhecimento adquirido e as tecnologias desenvolvidas por meio deste Programa. As ações realizadas contribuíram com as propostas inseridas no Programa do Governo Federal, no que diz respeito à geração de empregos, inclusão social, incremento da renda e melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira. Como as pesquisas não podem sofrer solução de continuidade uma vez implantadas, a execução das metas físicas dos programas ficou prejudicada em decorrência de irregularidades no fluxo financeiro, seja pela redução no volume de recursos previstos, seja pela liberação em época inoportuna.

Estudos em Biotecnologia para o Agronegócio: esta Ação encerrou o exercício de 2003 com 100% de realização da meta física, ou seja, foram realizados os 5 estudos previstos, gerando conhecimento, processos em biotecnologia, com destaque para a biologia molecular, visando aumentar a competitividade do agronegócio do Brasil. Isto proporcionou a ampliação do conhecimento científico sobre a fauna e a flora brasileiras, a engenharia genética das plantas, os vírus e os microorganismos e caracterização de processos bioquímicos e biológicos. Os avanços ocorridos possibilitaram a criação de empresas de base tecnológica em biotecnologia, bem como permitiram consolidar a posição do Brasil como líder na América do Sul. Merecem destaque também os benefícios que proporcionam à comunidade científica nacional. Dos R\$ 500.000 previstos foram realizados R\$ 477.322.

Enriquecimento e Conservação de Recursos Genéticos: a importância da inclusão de recursos genéticos tanto exóticos quanto nativos de importância atual e potencial para o agronegócio torna o seu enriquecimento e a sua conservação relativamente dispendiosos, visto que a completa realização da meta ou acesso inclui atividades de manutenção de bancos de germoplasma de sementes *in vitro*, recursos genéticos florestais conservados vivos, recursos genéticos usados na obtenção de tecnologia e produtos, bancos de germoplasmas enriquecidos e mantidos para a preservação de espécies vegetais, etc. Em 2003 foram conservadas 7.347 unidades de germoplasma das 12.044 previstas, o que representa um percentual de realização 61%. Foram realizados R\$ 1.724.629 dos R\$

2.512.750 do Tesouro previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como R\$ 1.728.307 dos R\$ 2.872.250 de recursos externos programados. No total, foram programados R\$ 5.385.000 e realizados R\$ 3.452.936.

Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia para Segurança Alimentar e Ambiental: esta Ação permitiu a identificação de significativa gama de genes potencialmente utilizáveis na agropecuária brasileira, proporcionando informações importantes para as decisões dos órgãos responsáveis pela regularização e fiscalização da segurança alimentar e ambiental no Brasil. Além de gerar tecnologias envolvendo a produção de variedades transgênicas consideradas prioritárias, produziu métodos, protocolos e roteiros para avaliar a biossegurança no que diz respeito à saúde humana e ao meio ambiente com a presença de organismos geneticamente modificados. Foram realizadas somente 6 das 19 pesquisas previstas, o que corresponde a 31,6% de realização, basicamente devido à falta de recursos financeiros. Dos R\$ 11.308.450 previstos na LOA foram realizados R\$ 7.717.877.

Pesquisa e Desenvolvimento de Genes para a Agricultura e Pecuária: a realização deste trabalho permitiu a identificação de significativa gama de genes potencialmente utilizáveis na agropecuária brasileira, servindo de base para a realização de novos estudos. A realização da única meta física programada nesta Ação foi realizada a contento. Foram realizados R\$ 1.980.554 dos R\$ 1.989.100 previstos.

Caracterização e Avaliação de Recursos Genéticos: esta Ação possibilitou aprofundar o conhecimento da biodiversidade nacional e das potencialidades que pode oferecer às gerações futuras no que diz respeito à preservação do ambiente, à recuperação de solos degradados e à utilização sustentável pela agroindústria brasileira. Cerca de 58% dos “acessos” programados foram realizados com sucesso, significando 4.698 acessos realizados dos 8.092 programados na LOA 2003. Deve-se considerar que os custos operacionais para a caracterização e avaliação destes recursos genéticos vegetais são relativamente elevados, por incluírem caracterização botânica, genética e molecular, bem como a avaliação de sua utilização como fontes de resistência e estresses bióticos e abióticos, cujas atividades demandam a existência de laboratórios razoavelmente equipados para o empreendimento. Esses resultados foram motivados pela falta de recursos financeiros oportunos. Dos R\$ 3.357.700 previstos do Tesouro foram realizados R\$ 2.318.424. O mesmo ocorrendo com relação aos recursos externos: previstos R\$ 1.984.500 e realizados R\$ 857.526. No total foram programados R\$ 5.342.200 e realizados R\$ 3.175.950.

Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Este Programa visa dar sustentação à política agrícola no que concerne à implantação, melhoria, ampliação e modernização da infra-estrutura de apoio à produção, agroindustrialização e comercialização de produtos agropecuários. Os recursos são provenientes de emendas parlamentares constantes do orçamento da União, os quais são disponibilizados para prefeituras municipais e entidades particulares (associações, cooperativas, sindicatos rurais, etc.) mediante a celebração de contratos de repasse, tendo como agente financeiro a Caixa Econômica Federal – CEF, e convênios. Os empreendimentos apoiados visam solucionar gargalos que impedem o bom funcionamento do agronegócio e, por conseguinte, comprometem a geração de empregos no campo e a apropriação de ganhos de produtividade e de renda pelas famílias rurais de menor poder aquisitivo.

Estímulo à Produção Agropecuária: visa desenvolver projetos que contribuam para o aumento da competitividade do agronegócio e, ao mesmo tempo, promovam a melhoria do bem-estar social dos atores envolvidos em todos os estágios das cadeias produtivas. Atende também a segmentos estratégicos que exercem efeito multiplicador sobre setores com potencial de expansão do emprego e renda. Tem a faculdade de atender a demandas direcionadas para a solução de problemas emergentes de amplo efeito socioeconômico, como a construção e modernização de infra-estrutura de apoio à produção, agroindustrialização e comercialização agropecuária, com o propósito de agregar valor aos produtos. Os resultados almejados permitem transpor obstáculos que retardam a modernização do setor e entravam o aproveitamento das potencialidades econômicas em comunidades que, de outro modo, estariam alijadas do processo de desenvolvimento. Os recursos alocados a essa Ação em 2003 foram aplicados em capacitação técnica, treinamento, aquisição de máquinas, implementos e equipamentos agrícolas, construções rurais, eletrificação rural, obras de irrigação e drenagem, aquisição de patrulhas mecanizadas e mecanização agrícola. Dos R\$ 139.293.000 previstos foram realizados R\$ 52.014.329. Foram, ainda, liquidados R\$ 29.822.337 dos R\$ 127.386.782 de restos a pagar do exercício de 2002.